

# I WORKSHOP TABELAS UNIFICADAS

Data: 01 e 02/12/2010

## DINÂMICA DE GRUPOS

Grupo I

### 1 - Diagnóstico da situação atual das tabelas.

- **Tribunal de Justiça da Paraíba** – tabelas não implementadas; somente com identificação “De-Para”; tiveram problemas porque o setor de informática era terceirizado e por imposição do CNJ o quadro foi reduzido;
- **Tribunal Regional Eleitoral de Goiás** – tabelas parcialmente implementadas; tabela de Classe Assunto já estão implementadas, Movimento ainda não;
- **Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas** – tabelas parcialmente implementadas - tabela de Classe Assunto já estão implementadas, Movimento ainda não;
- **Tribunal de Justiça de Rondônia** – tabelas totalmente implementadas;
- **Supremo Tribunal Federal** – tabela de Assuntos implementada e a de Classe foi utilizado “De-Para”;
- **Tribunal Superior do Trabalho** – tabelas parcialmente implementadas; Assunto e Classe implementadas, Movimentos ainda

não implementada, estando na fase de identificação dos "De-Para";

- **Tribunal de Justiça de São Paulo** – tabelas totalmente implementadas na segunda instância; na primeira instância tabelas parcialmente implementadas em um sistema e no outro está em fase de homologação;
- **Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais** – fase de homologação para implementação total das tabelas totalmente;
- **Tribunal de Justiça do Acre** – tabelas totalmente implementadas, inclusive para processos baixados;

## **2 - Dificuldades na instalação, utilização e implementação das tabelas.**

- TJ/PB – mudança da equipe de informática em virtude de determinação do CNJ; a criação do grupo gestor só foi feita em abril/2010; o processo de migração dos dados; STI com acúmulo de tarefas;
- TRE/GO, TRE/MT e TRE/AM – centralização no TSE sem comunicação com os TRE's e sem levar em consideração as particularidades de cada região;
- TJ/RO – dificuldade de interpretação da Resolução n. 46; adequar o sistema já em uso, a realidade, à solicitação do CNJ; o sistema teve que ser reescrito para a adequação; interface própria, embora utilize a do CNJ; no início houve dificuldade no treinamento, que foi amenizado no centro de treinamento dos usuários; criação de um grupo para tirar as dúvidas dos usuários por meio de email; dificuldade nos relatórios estatísticos;
- STF – atualização das tabelas, feita de forma manual;
- TST – dificuldade para adaptar a tabela de movimentos ao que

existe no sistema; supressão de algumas classes que existiam na tabela do sistema já existente;

- TJM/MG – migração de dados; falta de consistência dos dados existentes;
- TJ/SP Segunda Instância – dificuldade no enquadramento do “De-Para”, pois não havia treinamento para fazer a identificação adequada; necessidade de conhecimento mínimo do usuário para o cadastro;
- TJ/SP Primeira Instância – dificuldade no “De-Para” pela variedade e volume de processos. Realizado o “de/para” restaram casos em que o assunto é atualizado pelo usuário por demanda. Geração de estatísticas pela qualidade de atualização dos dados pelos usuários em sistemas anteriores, embora o sistema já esteja implantado;
- TJ/AC – dificuldade para fazer o “De-Para”, que foi agravada por reformulações sucessivas das tabelas pelo CNJ;
- DIFICULDADES GERAIS
- Dificuldades na interpretação dos dados solicitados pelo CNJ; capacitação de servidores

### **3 – Plano de ação.**

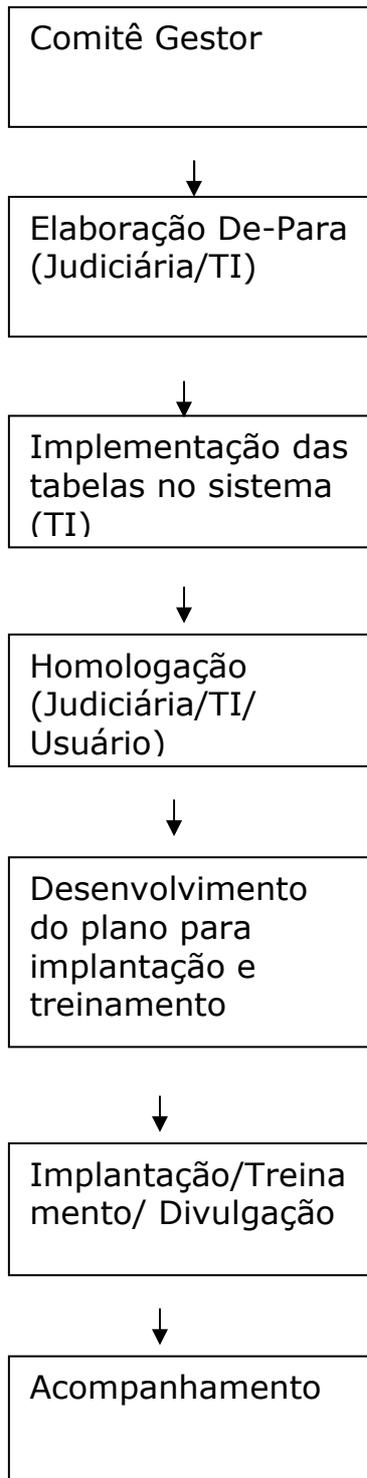
#### **Iniciativas:**

- Treinamento da equipe de usuário final e modificação da gestão cartorária, fazendo com que todos os servidores se revezem nas atividades do cartório;
- Implantar as tabelas somente nos processos ativos e novos;
- Conexão via intranet entre os usuários e os técnicos de informática e área judiciária para tirar dúvidas;

- Apresentação na intranet de um vídeo de treinamento, com sistema de controle de acesso dos usuários;
- Designação de uma equipe que se dedique com exclusividade à implantação das tabelas, priorizando a implementação em detrimento de todos os outros projetos em desenvolvimento;

AÇÕES A REALIZAR	COMO?	PRAZO INICIAL	PRAZO FINAL	RESPONSÁVEL	RESULTADO	CUSTO
<p>Como cada Tribunal está em uma fase diferente de implantação ficou impossível um cronograma único para todos, ficando cada um responsável pelo seu cronograma e plano de ação</p>						

**4 - Estruturação de esquema com etapas de instalação: os grupos deverão apresentar um projeto com esquemas, desenhos e detalhamento de todas as etapas de implementação das tabelas (Caso todos os membros dos grupos representem tribunais que já tenham instalado as tabelas, responder às questões 5 e 6).**



## **5 - Propostas de soluções para as dificuldades encontradas.**

- Sensibilização da cúpula do Tribunal;
- Priorização da implementação das tabelas em detrimento de outros projetos;
- Formação do grupo gestor com conhecimento jurídico, de tecnologia de informática e prática cartorária;
- Aumento da quantidade de servidores da área de TI;
- Melhoria do canal de comunicação do CNJ ao atendimento dos Tribunais;
- Equipe de acompanhamento de implantação;

## **6 - Como garantir a implementação das novas funcionalidades.**

- Criação de uma tabela com histórico das alterações (tabelas afetadas, campos, tipos de dados e datas);
- Implantação de *WebService*;

